

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 25 - HYDROSOCIAL TERRITORIES AND WATER
(IN)JUSTICE IN RURAL WORLDS

**ENTRE RESISTÊNCIAS E DESCONTINUIDADES: O CASO DAS
TERRITORIALIDADES HIDROSSOCIAIS NO EXTREMO SUL
CATARINENSE, BRASIL.**

Danieli Cristina De Souza Muzeka (dcs@unescc.net)

Caroline Da Graça Jacques (carolinejacques@unescc.net)

Dimas De Oliveira Estevam (doe@unescc.net)

A disputa pela água no Brasil revela contradições estruturais entre modelos de desenvolvimento, projetos territoriais e formas de apropriação dos bens comuns. Embora a escassez hídrica seja frequentemente tratada como fenômeno natural e inevitável, ela é socialmente produzida e politicamente instrumentalizada. É neste marco analítico que se objetiva compreender a água como elemento estruturante de territorialidades diversas que coexistem de forma desigual e conflitiva. Para tal, realizou-se um estudo de caso entre os anos de 2019 a 2024, com análise documental articulada a pesquisa fenomenológica nas comunidades procedentes do Plano de Assentamento de Populações (PAP) e do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI) no

extremo sul catarinense, Brasil. O PAP e o PPDI fazem parte de um projeto de modernização agropecuária iniciado na década de 1970 pelo governo brasileiro que visava a expansão agropecuária em áreas agricultáveis pela construção de perímetros irrigados e o assentamento de famílias rurais sem-terra. Os resultados evidenciam a coexistência de duas racionalidades em um mesmo território hidrossocial, apontando limites à autonomia socioterritorial. As dinâmicas territoriais expõem os efeitos da descontinuidade político-administrativa, da fragmentação da assistência e extensão rural e do direcionamento específico de recursos públicos para infraestruturas básicas de acesso à água para consumo e produção. Esses fatores condicionaram ao PAP, a descaracterização territorial e a vulnerabilidade no uso e ocupação dos recursos naturais pelas famílias assentadas. Enquanto, o território do PPDI, foi mobilizado por premissas do cooperativismo, que potencializou um processo de desenvolvimento solidário e fortalecimento das territorialidades comunitárias. Contudo, simultaneamente, ficou submetido a um modelo de produção agrária espacialmente delimitado, que reverbera preceitos centralizadores no uso, acesso e gestão hídrica. Nas formas de resistência — tanto materiais quanto imateriais — revelam-se desigualdades que abrem um campo multiescalar e emergente à criação de alternativas voltadas à justiça hídrica e à soberania das comunidades.

Palavras-chave: território; estado; justiça hídrica; territorialidades.